

Mercado de trabalho agropecuário na Bahia: evolução e relações de trabalho

Agricultural labor market in Bahia: developments and labor relations

Maria Aline Pereira de Brito
Universidade Regional do Cariri

Luís Abel da Silva Filho
Universidade Regional do Cariri

Rita de Cássia Candido Souza
Universidade Regional do Cariri

Veruska Pereira da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: A dinâmica agropecuária brasileira proporcionou desempenho favorável à produtividade do setor. A mecanização do campo e a melhor performance genética de produtos e processo permitiram ao país uma posição de destaque no mercado internacional. Porém, muitos são os relatos que afirmam tal processo fomenta a desestruturação do mercado de trabalho rural. Diante disso, este artigo se propõe a analisar o emprego agropecuário no estado da Bahia no período de 2001 a 2008. Os dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que ocorreu redução relativa da participação do setor agropecuário na geração de empregos no estado. Adicionalmente, os postos de trabalho foram segmentados por mão de obra do sexo masculino, com idade média entre 32,2 e 36,8 anos, maioria significativa de ocupados não brancos, escolaridade média muito baixa, mesmo com relativa melhora entre 2001 e 2008, seguindo-se baixo rendimento médio dos ocupados na agropecuária, mesmo diante de um contexto de relativa melhora nos anos em tela.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Emprego agropecuário; Bahia.

Abstract: The dynamic Brazilian agricultural productivity provided favorable performance of the sector. The mechanization of field, and the best performance of genetic products and processes enabled the country to a position of prominence in the international market. However, there are many reports that claim this process foster the disintegration of rural labor market in the country. There for, this article aims to analyze agricultural employment in the state of Bahia in the years 2001 to 2008. The data from the National Household Sample Survey (PNAD) show that reduction occurred relative share of employment in agricultural employment generation in the state of Bahia. Additionally, the jobs have been targeted by labor male with an average age between 32.20 and 36.75 years, significant majority of employed non white, average school in very low, even with relative improvement between 2001 and 2008, followed by low average income of employed in agriculture, despite a context of relative improvement in the years to screen.

Keywords: Labor market; Agricultural employment; Bahia.

JEL: J43

Introdução

A mecanização das atividades agropecuárias brasileiras foi fundamental para o crescimento e para o ganho de competitividade da produção no mercado nacional e internacional (CAMARGO et al., 2008). A inovação tecnológica no campo permitiu ganhos de escopo e de escala no competitivo mercado de commodities agrícolas e impulsionou a produção nacional em todos os segmentos agropecuários do país (CARVALHO e SILVA, 2008).

As atividades monocultoras tiveram elevados ganhos de escala de produção, graças à expansão das fronteiras agrícolas e à mecanização acentuada das relações de produção, a partir das últimas décadas do século XX (BRANDÃO, 2003). A elevação da demanda internacional foi responsável pela necessidade de expansão e pela redução de custos e elevação da produção em escala. Com isso, as principais atividades monocultoras (soja, milho, feijão, cana-de-açúcar e arroz) elevam-se sobremaneira suas participações em áreas ocupadas e no produto agrícola brasileiro, registrado nos últimos anos.

A expansão e a mecanização da atividade agropecuária foram, sem dúvida, importantes para a elevação da capacidade competitiva brasileira no mercado internacional (CAMARGO et al., 2008; CARVALHO e SILVA, 2008). No entanto, no que se refere ao mercado de trabalho (cerne central dessa investigação), vários foram os impactos ocorridos à luz desse processo. Muitas são as evidências empíricas que comprovam a redução acentuadamente elevada de postos de trabalho no meio rural brasileiro, e a forte precarização dos empregos no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1999; BALSADI et al., 2002; BELIK et al., 2003; BALSAN, 2006; BALSADI, 2009; SILVA FILHO e SILVA, 2011).

No Nordeste, região caracterizada por elevados índices de pobreza e desigualdade, os impactos foram duplamente constatados. Primeiro, a mecanização das atividades não deixou incólume essa região; segundo, a redução relativa das atividades monocultoras desenvolvidas sobremaneira manualmente em anos pretéritos, em detrimento da produção de fruticultura, afetou os postos de trabalho. As taxas de crescimento do emprego agropecuário na região foram significativamente baixas, mesmo que alguns estados da região tenham apresentado melhores taxas de crescimento, sobretudo nas áreas de maior dinamismo da agricultura irrigada (SILVA FILHO e MARIANO, 2011).

O cenário da agropecuária regional ganha nova performance a partir da consolidação de áreas irrigadas para o cultivo de fruticulturas destinadas a atender a demanda internacional, em maior proporção, e ao mercado interno, em menor magnitude. Com isso, destacaram-se áreas como a produção de fruticultura no vale do Açu (Rio Grande do Norte) e do rio São Francisco (Bahia e Pernambuco) (SILVA FILHO e MARIANO, 2011).

Com tais indícios, pode-se constatar a redução de oportunidades de trabalho para parte da população que está diretamente ligada ao campo, seja pelas relações culturais que a impedem de sair, seja pela baixa possibilidade de aquisição de postos de trabalhos em outros segmentos. Isso, portanto, compromete a população rural da região, diante da problemática no emprego rural aqui inferida. A capacidade de geração de empregos nas atividades agrícolas destinadas a atender a demanda internacional e desenvolvidas em áreas irrigadas são relativamente baixas, em relação às demais atividades que se desenvolveram durante décadas na região, a exemplo da cana-de-açúcar, grande ocupadora de mão de obra formal e que perdeu absoluta e relativamente sua capacidade de ocupação.

Santos et al. (2012), analisando o emprego formal agropecuário na Bahia, observaram redução relativa entre 2000 e 2010. Os autores ainda destacaram a redução da participação relativa dos grandes estabelecimentos em ocupação de mão de obra – notadamente o de maior potencial de mecanização – e maior incidência de trabalhadores em estabelecimentos de micro e pequeno porte. Ademais, registraram-se ainda concentração de mão de obra masculina, com idade entre 30 e 39 anos, elevada rotatividade nos postos de trabalho, baixo nível de escolaridade e baixa remuneração média. Esses resultados revelaram as condições dos ocupados formais

na agropecuária baiana, sendo, pois, característica do mercado de trabalho agropecuário brasileiro.

Diante disso, este artigo se propõe observar o emprego agropecuário no estado da Bahia (formal e informal). A área de abrangência foi aqui selecionada por ser ela a de maior dimensão geográfica na região e por apresentar dinâmica relevante no emprego agropecuário. Além disso, tem esse estado a maior População Economicamente Ativa (PEA) rural da região. Os anos selecionados correspondem ao período de 2001 a 2008. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se, assim, estruturado: além da introdução, a segunda seção resgata o debate acerca do mercado de trabalho agropecuário no Brasil, à luz do processo de expansão e mecanização da agropecuária; na terceira seção, discutem-se as evidências empíricas acerca do mercado de trabalho agropecuário na Bahia; e, por último, fazem-se algumas considerações finais.

2. Mercado de Trabalho Agropecuário no Brasil

O início da década de 1990 foi profundamente marcado pelo desmanche dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) promovido pelo Governo Collor, juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados para a agricultura (infraestrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica, etc.). Além disso, houve brutal abertura comercial, que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes impossibilitada de competir com produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem (GRAZIANO DA SILVA, BALSADI e DEL GROSSI, 1997).

Em consonância com o exposto, o Brasil assistiu a uma passageira forma de modernização de processos rurais, cujos elos mais tradicionais da cadeia produtiva passaram por estágios de reestruturação, aos quais sobreviveram apenas aqueles que conseguiram absorver a dinâmica do setor e conseqüentemente se modernizar (GRAZIANO DA SILVA, 1999; BELIK et al., 2003; KAGEYAMA, 2004). Nessa discussão, a agropecuária brasileira, que ocupa um tradicional setor de atividade econômica, necessitou adequar-se a tecnologia de produção, que fora mundialmente difundida através da inserção de novas máquinas agrícolas e novos processos e uso do trabalho.

A agricultura brasileira, com o passar dos anos, tem ocasionado impactos relevantes na economia do país. No entanto, as transformações que ocorreram na agropecuária, diante do processo de evolução tecnológica, provocaram crescentes modificações nas relações de trabalho rural, tendo impactado de forma diferenciada em cada uma das regiões do país, sendo mais perverso esse processo nas áreas de maior difusão da monocultura e de predomínio das relações de produção capitalista.

[...] nas regiões onde o processo de modernização agropecuária foi mais intenso (como é o caso do estado de São Paulo e da região Sul, por exemplo) as atividades agropecuárias geram uma demanda por mão-de-obra muito pequena e quase sempre qualificada, que é atendida por empresas de prestação de serviços localizados nas cidades próximas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, P. 8).

Não se pretende, contudo, negar a importância da tecnologia empregada na produção agrícola do país, mas chamar a atenção para os problemas de desemprego tecnológico no campo, assim como para a dificuldade de inserção do trabalhador rural no espaço urbano. São esses fatos que motivam a discussão acerca da dinâmica agrícola brasileira e sua elevada contribuição no que concerne ao desemprego rural (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010).

O processo de mecanização da agropecuária brasileira provocou modificações na produção e no mercado de trabalho rural do país, afetando sobremaneira parte da PEA brasileira mais vulnerável aos choques tecnológicos do mercado. No que tange ao processo em questão, a atividade agrícola no campo é responsável pela elevação da produtividade e pela expansão de mercados agropecuários, sobretudo aos moldes da produção capitalista. O processo, porém, não é recente. Sabe-se, portanto, que:

No Brasil, as maiores transformações no mercado de trabalho agrícola ocorreram no período áureo da modernização da agricultura, entre 1960 e 1980. Os principais impactos da substituição do trabalho permanente pelo temporário deram-se nos anos 60s e 70s e a redução geral do emprego pelo aumento da mecanização e substituição de atividades foi mais intensa na década de 1980 (KAGEYAMA, 2004, p. 74).

A modernização da agropecuária brasileira, iniciada com a mecanização, nos anos de 1960, e ampliada para todo o país a partir dos anos de 1970, contribuiu com o ganho de produtividade da atividade agropecuária nacional. A expansão da fronteira agrícola, a entronização de novas máquinas e novos processos corroborou aumento do quantum produzido, seja ele elencado pela expansão das áreas cultivadas, por um lado, ou pelo ganho de produtividade, por outro (TEIXEIRA, 2005; BALSAN, 2006). Isso gerou consequências, principalmente quando a prioridade de expansão se deu via ações capitalistas.

[...] a verdade é que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura. Com a modernização ocorre o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura”, tornando-a uma atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos (TEIXEIRA, 2005, p. 22).

O processo de evolução do mercado de trabalho agropecuário tem representado nitidamente as ações da elevada produtividade e a expansão de mercados de produtos agrícolas, no seu sentido mais amplo. Por um lado, o surgimento de postos de trabalho com demanda acentuada por mão de obra qualificada, já que máquinas modernas e de grande teor tecnológico se instalaram no meio rural do Brasil. Por outro lado, o desemprego acentuou-se, sobretudo, para a força de trabalho menos escolarizada e mais vulnerável aos impactos da inovação no campo.

No caso do Nordeste, Silva Filho e Sousa (2011) ressaltam que a atividade agropecuária tem elevado a oferta de postos de trabalho na região, sob condições precárias de trabalho, com elevada sazonalidade e salários extremamente baixos, além de a rotatividade nos postos de trabalho ser acentuadamente gritante. Em tal conjuntura, não se pode assegurar dinamismo constante de uma atividade sazonal

que não possibilite melhores condições de vida para os envolvidos no processo, bem como não oportunize possibilidades de melhorias sociais.

Os principais resultados de estudos empíricos para a região demonstram, ao longo dos anos, relativa redução da participação das atividades agropecuárias na geração de empregos. Adicionalmente, a qualidade dos postos de trabalho tem-se tornado objeto de várias discussões. São, portanto, postos de trabalho com elevada incidência de rotatividade, mão de obra pouco escolarizada e remuneração média nas mais baixas faixas salariais.

É pertinente que as transformações ocorridas na agropecuária brasileira, diante do processo de mecanização, provocaram diversas modificações nas relações de trabalho no campo, tendo impactado de forma diferenciada em cada uma das regiões do país. No caso da Bahia, a agricultura irrigada, baseada no processo de plantação de frutas para exportação, tem permitido a criação de postos de trabalho no setor, assegurando considerável participação dessas atividades na geração de empregos. Porém, as atividades monocultoras do estado, além de atuar em sistema de agricultura familiar com pouca mão de obra empregada, são essencialmente mecanizadas, caso da exploração de soja no sudoeste do estado.

Com base nesses pressupostos, a seção que se segue aborda a performance do emprego agropecuário na Bahia entre 2001 a 2008. Procura-se avaliar quantitativamente os postos de trabalhos e, de forma qualitativa, descrever algumas de suas características.

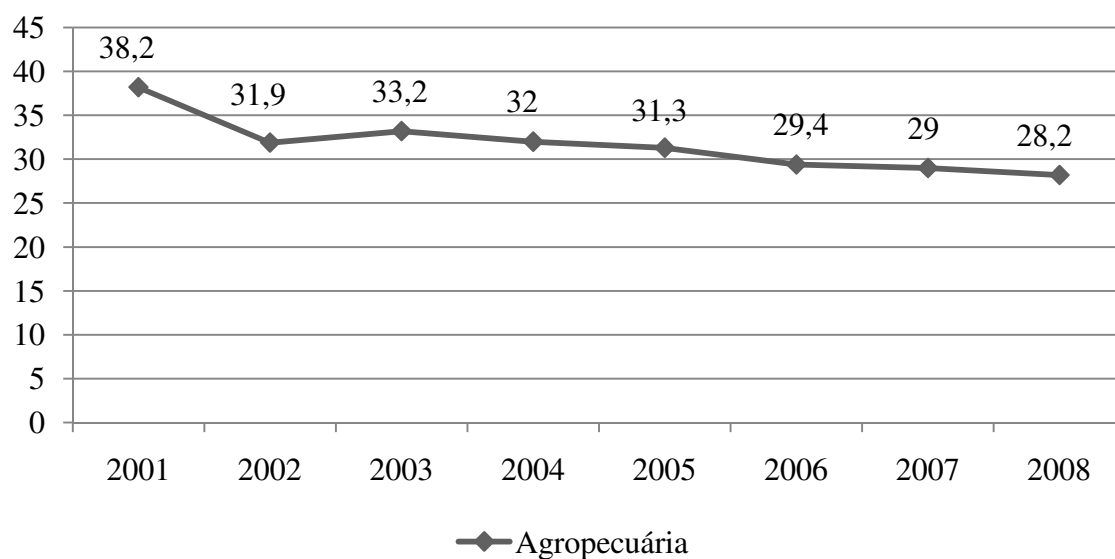
3. Evolução no Mercado de Trabalho Agropecuário na Bahia

É indubitável que no mercado de trabalho agrícola muitos são os impactos causados pela dinâmica estrutural da agropecuária brasileira, mediante a implementação da tecnologia em alta escala no campo. Em termos gerais, é perceptível que esse crescimento tecnológico, é responsável por um lado, pela expansão da produtividade e, por outro, pela redução dos postos de trabalho (BELIK et al., 2003; SILVA FILHO et al., 2009).

No tocante à introdução de máquinas e equipamentos sofisticados para o campo, as culturas intensivas em mão de obra expulsaram grande contingente de trabalhadores do meio rural para a cidade e com baixa perspectiva de empregos, sendo esse o resultado negativo do processo de inovação (BELIK et al., 2003).

Nesse sentido, a dinâmica do emprego na agropecuária baiana apresenta relativa semelhança com resultados constatados para toda a região e para alguns de seus estados. Há redução relativa acentuada dos postos de trabalhos no setor entre o primeiro e o último ano analisado. Quando a PNAD foi a campo, em 2001, registrou 38,2% da PEA do estado ocupada nesse setor. Participação elevada em atividades da espécie no estado. Em 2002, reduz-se acentuadamente essa participação (31,9%) e, a partir de 2003, tem-se redução sucessiva da participação de ocupados em atividades agropecuárias na Bahia.

Gráfico 01 - Participação relativa da população ocupada na agricultura e ano de referência no estado da Bahia



Fonte: PNAD, 2001- 2008/IBGE.

Contudo, faz-se necessário enfatizar que, mesmo com a redução relativa de 10 pontos percentuais, do primeiro ao último ano observado, o estado ainda registrou, em 2008, 28,2% da PEA ocupada em atividades agropecuárias. É pertinente mensurar a forte participação do segmento na geração de emprego, sendo, portanto, justificável a observação proposta por esta pesquisa.

Cabe ainda enfatizar que, muito embora Silva Filho e Queiroz (2010) tenham observado a queima de postos de trabalho no segmento agropecuário nordestino no ano de 2008, não se podem atribuir à crise econômica internacional os efeitos observados no estado da Bahia, haja vista que se trata aqui, conforme consta no gráfico 01, de uma tendência observada ao longo dos anos analisados, e não apenas de efeitos do período da crise econômica. Além disso, resultados semelhantes foram constatados por Vilhena et al. (2010) para o estado do Ceará no mesmo período (2001-2008).

Conforme proposto, a análise que se segue aborda algumas características dos ocupados no setor agropecuário baiano, dando ênfase ao perfil demográfico e socioeconômico da força de trabalho e, com isso, procurando inferir acerca do mercado de trabalho desse setor, nos anos em tela.

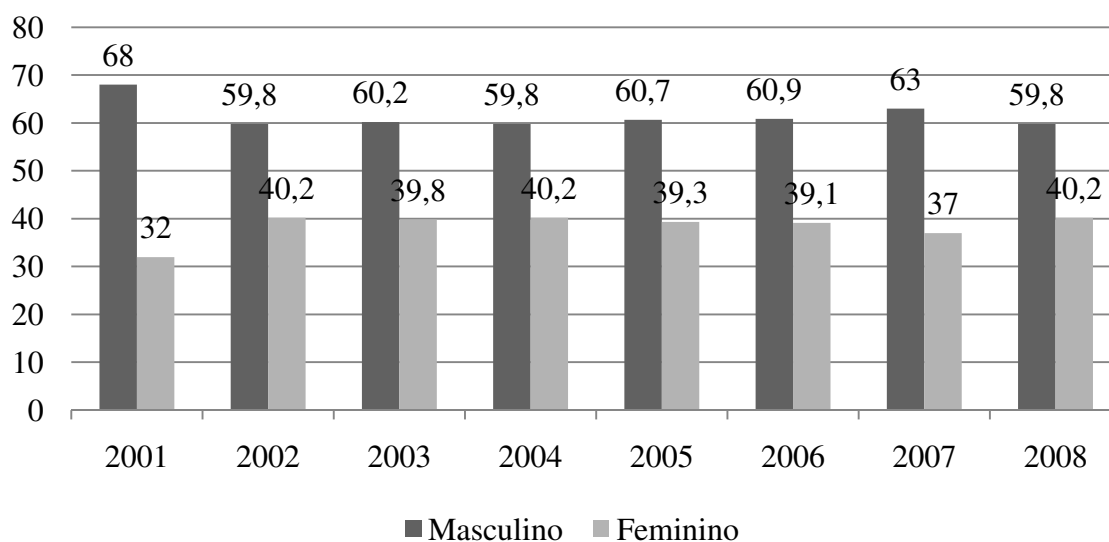
Destarte, o gráfico 2 evidencia a evolução da participação relativa da população ocupada na agricultura e ano de referência, segundo o sexo, para o período compreendido entre 2001 e 2008, no espaço em questão. Os dados indicam que, entre 2001 e 2008, as participações de ambos os sexos no mercado de trabalho agropecuário se mostraram bastante distintas. Em 2001, enquanto a população masculina ocupava 68% dos postos de trabalho no setor, a participação feminina era de apenas 32%.

É válido, contudo, destacar que a participação feminina ocupada na agropecuária baiana se manteve inferior à masculina em todos os anos em tela. Tendência essa observada em outros estudos, ratificando-se, assim, a hipótese de seletividade por sexo no mercado de trabalho agropecuário, embora, no caso baiano, essa participação não seja acentuadamente dispare, já que a participação é de aproximadamente 40% dos ocupados do sexo feminino em todos os anos da série.

Em 2008, último ano observado, os homens ocupavam 59,8% das vagas no mercado de trabalho agropecuário no estado, contra a participação de 40,2% das mulheres.

Consoante ao colocado é pertinente justificar que a decadente participação feminina no trabalho agrícola está intrinsecamente ligada ao fato de que as atividades de cunho rural são intensivas em trabalho que demanda força física, além da expansão da capacidade de absorção dos segmentos de trabalhos informais no estado da Bahia, principalmente em ocupações domésticas que demandam muita mão de obra feminina. Destaca-se, ainda, que essa maior empregabilidade de trabalhadores do sexo masculino é notadamente explicada pelas condições árduas e de esforço físico, exigidas pela maioria dos postos de trabalhos presentes no setor agropecuário, além das fortes raízes culturais que associam o trabalho rural, sobretudo no campo, ao trabalho masculino.

Gráfico 02 - Participação relativa da população ocupada na agricultura e ano de referência segundo o sexo



Fonte: PNAD, 2001 – 2008/IBGE

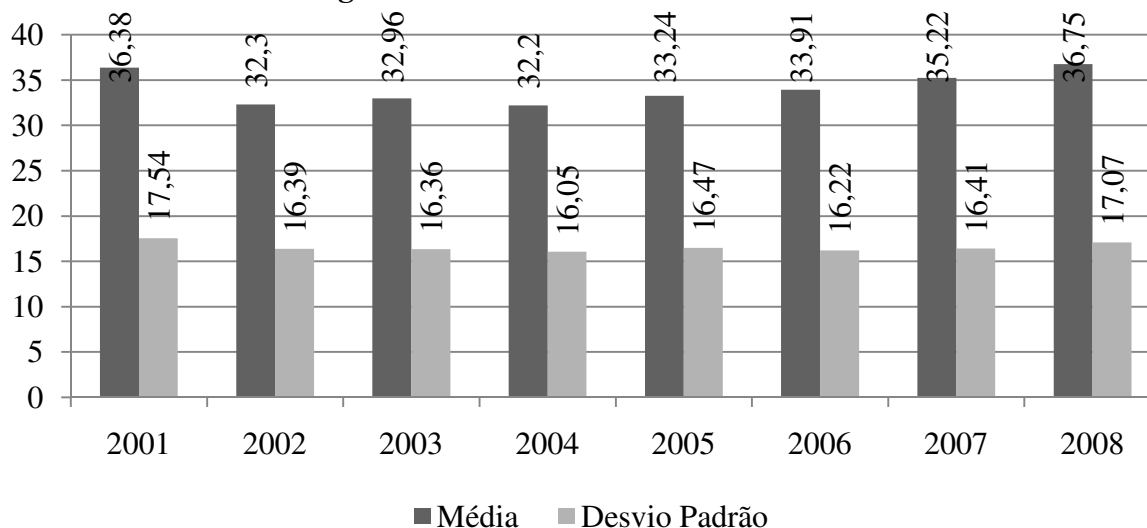
A inserção de mulheres nessas atividades tem avançado substancialmente e se consolidado como uma contribuição econômica de cunho indubitável à atividade agrícola. Isto decorre do sucesso de políticas públicas direcionadas ao público feminino rural, bem como do distanciamento da mão de obra masculina nesse setor, ou ainda, advinda da necessidade de complementação da renda familiar.

Concomitante ao retratado, a evolução das relações políticas, econômicas e sociais vêm-se desenvolvendo de forma a reduzir cada vez mais as diferenças entre homens e mulheres, sejam elas em relação aos direitos, bem como em relação aos deveres. Diante disso, a igualdade visivelmente conquistada garante às mulheres maiores participações nas decisões sociais e maiores responsabilidades no que tange ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, avança-se no sentido de menor distinção entre as atividades desenvolvidas por homens ou por mulheres (SILVA FILHO, et al., 2012).

Ainda no que concerne à variável demográfica relativa à idade da população ocupada, os dados do Gráfico 03 mostram um aumento irrelevante, registrado no primeiro e no último ano, com pequena variação ao longo da série. Do ano de 2001 para o ano de 2008, registrou-se diferença de apenas 0,37%, cuja média registrada ao

longo dos anos foi de 34,12 anos. Ademais, assume um desvio padrão médio de 16,56, o que corresponde a um valor considerável de desvio.

Gráfico 03 - Participação relativa da população ocupada na agropecuária e ano de referência segundo a Média de Idade

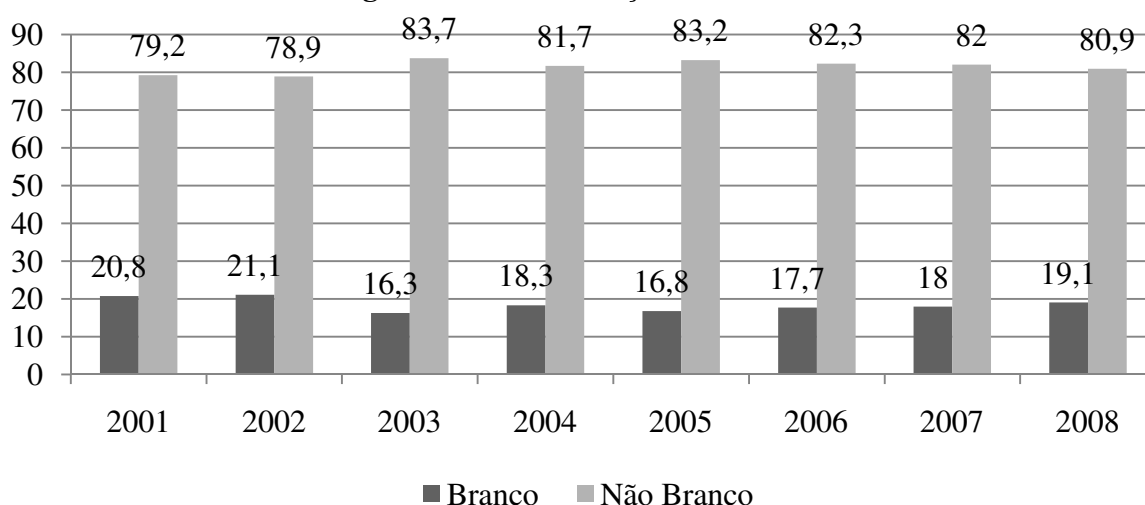


Fonte: PNAD, 2001 – 2008/IBGE.

Para o mercado de trabalho agrícola no estado da Bahia, no que tange à raça/cor, o Gráfico 04 mostra que houve um aumento ainda tímido de 1,7 pontos percentuais da participação de não brancos nesse setor, do primeiro ao último ano. Feita a inserção de pessoas de cor branca ocupados na atividade agropecuária, observa-se uma redução da participação desse contingente no meio rural na mesma proporção (1,7%). Para tanto, deve-se ressaltar que a mão de obra não branca se mostrou maioria significativa em todos os anos analisados.

O que se tem, portanto, é um mercado de trabalho segmentado na agropecuária baiana, assim como em todo o país. Nesse contexto, a participação de ocupados, segundo a raça/cor, apresenta maioria absoluta de pessoas declaradas não brancas em atividades de menor projeção social, restando os melhores postos de trabalho para aqueles de raça/cobrança. Isso, porém, acentua as relações de classes e assegura um mercado de trabalho altamente seletista, em seu sentido mais amplo (SILVA FILHO, 2011).

Gráfico 04 - Participação relativa da população ocupada na agricultura e ano de referência segundo a Cor ou Raça



Fonte: PNAD, 2001 – 2008/IBGE.

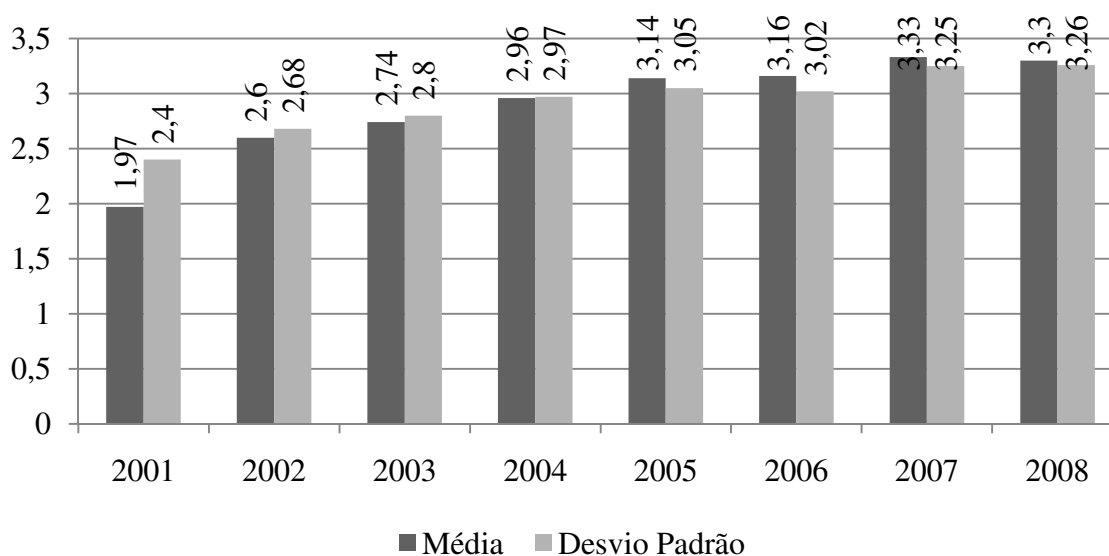
No que tange à população ocupada na agricultura e ao ano de referência segundo a média de escolaridade no estado de Bahia, os dados da PNAD, presentes no Gráfico 05, retratam significativo aumento na escolaridade média dos ocupados, entre 2001 e 2008, mesmo sendo essa absolutamente baixa em todos os anos. Conforme os dados, assistiu-se a um aumento na escolaridade média dos ocupados agropecuários de 1,33 anos, concomitante a um substancial desvio padrão que fica em torno de 0,86.

Ainda nesse contexto, faz-se necessário ressaltar que, em 2001, a média de escolaridade dos indivíduos era de 1,97 anos e passou para 3,3, em 2008. Para tanto, a ideia de a maioria dos trabalhadores do estado em questão se encontrar em atividades agrícolas que não exigem maiores qualificações, no mesmo patamar, explica a existência dos níveis baixos de estudo, haja vista que estes pertencem a pessoas sem instrução no emprego agrícola analisado.

Mesmo sabendo-se que o processo de inovação das atividades agropecuárias vem demandando mão de obra com padrão de assimilação tecnológica elevada, em muitos casos, o que se tem na agropecuária baiana são pessoas ocupadas com baixos níveis de instrução, o que reflete a média baixa de escolaridade. Diante disso, é pertinente salientar que, mesmo diante dos programas e políticas de Governo Federal, estadual e municipal, direcionados ao combate ao analfabetismo e ao incentivo à escolarização nas zonas rurais, a participação dos ocupados na agropecuária ainda se encontra decadente e deficitária no mercado de trabalho agropecuário da Bahia.

É válida, também, a concepção de que algumas características mais específicas de alguns postos de trabalhos exigem que as empresas agropecuárias sejam mais seletivas na contratação de trabalhadores com níveis mínimos de educação formal. Em tal contexto, a média de anos de estudo da população com maior nível de escolaridade pode ter sido subdimensionada, diante da grande quantidade de analfabetos ocupados em atividades agropecuárias no estado da Bahia.

Gráfico 05 - População ocupada na agricultura e ano de referência segundo a média de escolaridade



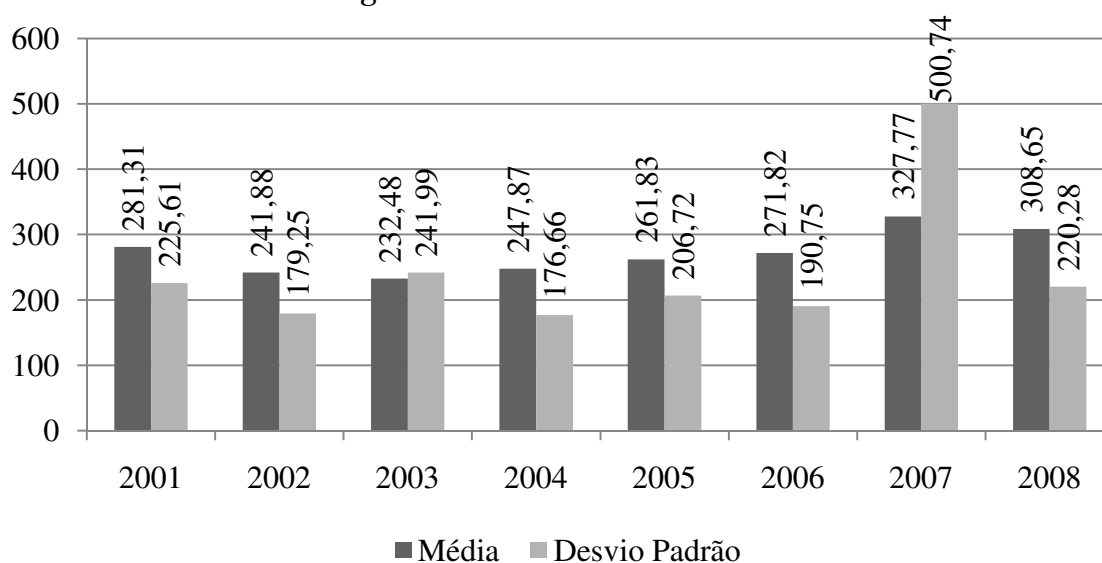
Fonte: PNAD, 2001 – 2008/IBGE.

Em função da maior necessidade de melhores níveis de escolaridade incrementada pela demanda por força de trabalho com melhores níveis de instrução, as atividades no campo, mesmo que em menor intensidade, já requerem mão de obra mais qualificada, sobretudo em atividades agroindustriais com maiores níveis de sofisticação. Dessa forma, analisar a força de trabalho agropecuária baiana remete-nos a necessidade de salientar a melhoria urgente do nível de escolaridade, diante da baixa média de anos de estudo aqui comprovada.

No que se refere à renda média dos ocupados na agropecuária baiana¹, os dados do Gráfico 06 mostram que a mão de obra que atua no setor em questão auferia uma renda média de R\$ 281,31, em 2001. Posteriormente, pôde-se perceber que o ano de 2003 foi demarcado como o da menor renda média recebida, haja vista que se constataram registros de somente R\$ 232,48. No entanto, na contínua observação dos dados, é notória a recuperação no último ano de análise (2008), com uma renda média de R\$ 308,65, concomitante a um significativo desvio-padrão médio em torno de 220,28. Nesse caso, foi registrado um considerável aumento. A renda média, porém ainda muito baixa. Diante dos dados, pode-se perceber um elevado desvio-padrão, o que acentua a diferença entre a maior e a menor renda auferida pela população ocupada na agropecuária na Bahia.

¹ Em reais de 2008.

Gráfico 06 - Participação relativa da população ocupada na agricultura e ano de referência segundo a renda média



Fonte: PNAD, 2001 – 2008/IBGE.

Assim, impõe-se destacar que, apesar de a análise ter apresentado aumento da renda média nos anos observados, esta ainda se encontra bastante baixa, bem inferior ao salário mínimo, o que expõe nitidamente resquícios de precarização dessa atividade. Ademais, é concenrente enfatizar que fator como baixa escolaridade da força de trabalho agropecuária baiana pode estar diretamente relacionada aos baixos salários auferidos pela mão de obra desse setor no estado.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo central de análise o mercado de trabalho agropecuário na Bahia. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e sua seleção abarcou os anos de 2001 a 2008. Os principais achados propõem redução relativa da participação do segmento agropecuário na geração de empregos no Estado. A redução de 10 pontos percentuais, de 2001 a 2008, mostrou-se elevada confirmando a tendência de redução relativa da participação do setor, em detrimento da elevação de outros segmentos no estado.

A entronização de atividades com intensidade tecnológica no processo de plantio e de colheita, a exemplo da soja no sudoeste do Estado, pode ser responsável pela redução relativa da ocupação no setor agropecuário, sendo essa uma tendência nacionalmente observada em todo o país, no segmento, nos últimos anos.

No que concerne à participação de ocupados na atividade agropecuária baiana, segundo as características demográficas, os principais resultados evidenciaram maior participação da força de trabalho masculina em detrimento da feminina em todos os anos analisados. Além disso, a média de idade oscilou entre 32,2 anos (a menor) e, 36,8 anos (a maior). Cabe frisar, o elevado desvio-padrão, em relação à média. Esses resultados são convergentes ao observado em alguns estudos nesse setor de atividade econômica. A idade média relativamente elevada caracteriza a mão de obra ocupada na agropecuária brasileira.

Em relação à raça/cor dos ocupados na agropecuária no estado da Bahia, as informações encontradas pela PNAD mostram forte presença de mão de obra não branca em todos os anos analisados. Tais resultados convergem ao observado em outros estudos, sendo resultado da maior concentração de pessoas de raça/cor não branca em profissões de menor projeção social e maior concentração de branco nas melhores profissões. Todavia, é oportuno enfatizar que o estado da Bahia tem população de raça/cor não branca acentuadamente elevada, justificada pela questão histórica e demográfica do estado ao longo dos anos.

Em relação às características socioeconômicas dos ocupados, pode-se observar baixa escolaridade média da força de trabalho agropecuária baiana, seguida da baixa renda média por eles auferida. Esses achados permitem propor a baixa qualidade da grande maioria dos postos de trabalho agropecuário no estado, traduzida pelos indicadores propostos pela PNAD e utilizada nessa investigação.

Diante disso, propõe-se melhor empenho da força de trabalho agropecuário do estado na tentativa de melhorar o nível de instrução e mostrarem-se mais aptos ao desempenho de funções no setor com maior intensidade tecnológica e melhores condições de trabalho. Além disso, atribui-se ao estado maior participação na qualificação da PEA atuante no segmento agropecuário, para que os resultados positivos possam ser vislumbrados nas relações de trabalho e nas condições de vida da população ocupada no setor.

Referências

BALSADI, O. V. Evolução das Ocupações e do Emprego na Agropecuária do Centro-Oeste Brasileiro no Período de 2001-05. **Informações Econômicas**, SP, v. 39, nº 1, janeiro, p.32-40, 2009.

BALSADI, O. V. Qualidade do Emprego na Agricultura Brasileira e suas Diferenciações Regionais, período 2001-2004. **Revista agricultura** São Paulo, São Paulo, v. 53, n.2, p. 49-67, jul/dez, 2006.

BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; GRAZIANO DA SILVA, J.; BELIK, W.. Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na Agropecuária Brasileira no Período de 1990-2000. **Agric. São Paulo** – SP. 49(1) p. 23-40, 2002.

BALSAN, R. 2006. Impactos Decorrentes da modernização da Agricultura Brasileira. Campoterritório: **Revista de Geografia Agrária**, 1(2):123-151.

BELIK, W.; BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; AMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G.. **O Emprego Rural nos Anos 90. In Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil dos Anos 90.** Org. In PRONI M. W.; HENRIQUE, W.. São Paulo – editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia UNICAMP, 2003, p. 153-198.

BRANDÃO, S. L.; LIMA, S. do C.. Espaço da Produção Agrícola no Centro-Oeste brasileiro, uma Paisagem em Questão. Caminho da Geografia – **Revista Online**, 4(8):38-45, 2003.

CAMARGO, A. M. M. P.; CASER, D. V.; CAMARGO, F. P.; OLIVETTE, M. P. A.; SACHS, R. C. C.; TORQUATO, S. A.. Dinâmica e tendência da cana-de-açúcar sobre

as demais atividades agropecuárias, estado de São Paulo, 2001-2006. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.3, mar. 2008.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L.. Mudanças na pauta das exportações agrícolas brasileiras. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 01, p. 053-073, jan/mar 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme**. Alagoas: EDUFAL, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, São Paulo: IE/UNICAMP, 1999. (coleção pesquisas 1), 153 páginas.

GRAZIANO DA SILVA, José; BALSADI, Otavio Valentim; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Emprego Rural e a Mercantilização do Espaço Agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v.11, n.2, abril-junho de 1997.

KAGEYAMA, A.. Mudanças no Trabalho Rural no Brasil, 1992-2002. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, nº 2, p. 71-84, jul/dez, 2004.

SANTOS, F. V. D. ; SILVA FILHO, L. A. ; LIMA, M. M. F. . Evolução do Emprego Formal Agropecuário na Bahia - 2000/2010. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n.177, p.28-39, out./dez 2012.

SILVA FILHO, L. A. **Mercado de Trabalho e Estrutura Sócio-ocupacional: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011, 131 p.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, Silvana Nunes. Recuperação Econômica e Emprego Formal: Avaliação Empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008. **In: Anais da 4ª Conferência Brasileira sobre Relações de Emprego e Trabalho – IBRET – USP**, Setembro de 2010.

SILVA FILHO; L. A. MARIANO, J. L. Evolução do emprego formal agropecuário no Nordeste brasileiro – 1999-2009. **Revista Geonordeste**, Ano XXII, n.2. 2011.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L. M.; LIMA, M. M. F. Mercado de Trabalho Formal no Cultivo da Cana de açúcar: Nordeste – 2000/2010. **In: Anais de 50º Congresso da SOBER**, Vitória, 2012.

SILVA FILHO, L. A; SILVA, J. L. M.. Evolução do Emprego Formal na Agropecuária do Nordeste brasileiro – 1999/2009. **In: Anais do 49º Congresso da SOBER**, Belo Horizonte, 2011.

SILVA FILHO, L. A; SOUSA, E. P.. Índice de Qualidade do Emprego Formal no Cultivo de Café: Comparativo entre as Mesorregiões Mineiras. **In: Anais do 49º Congresso da SOBER**, Belo Horizonte – MG, 2011.

SILVA FILHO, Luís Abel da; VALE, Fábio Freire Ribeiro do; SILVA, Veruska Pereira da. Perfil da mão-de-obra formal na agropecuária nos estados da Paraíba e do Rio

Grande do Norte, nos anos de 1998 e 2008. **In: ANAIS do IV Encontro SOBER regional Nordeste**, Campina Grande – PB, Novembro de 2009. P. 1-14.

TEIXEIRA, J. C.. Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas MS, v.2 – n^o 2-ano 2, setembro de 2005.

VILHENA, L. G. de; SILVA FILHO, L.; HOLANDA, J. R.. Emprego Agrícola no Ceará: Decadência ou Fenômeno Transitório? **In: Anais do V Congresso da SOBER Regional Nordeste**, realizado na Universidade Regional do Cariri – URCA, 2010.

Submetido em 18/09/2012.

Aprovado em 14/03/2013.

Sobre os autores

Maria Aline Pereira de Brito

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em economia regional e urbana. Fez parte do grupo de pesquisa do CNPq - Economia Regional e Políticas Públicas, com dedicação exclusiva as atividades acadêmicas.
Email: linny_brito@hotmail.com

Luís Abel da Silva Filho

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. É pesquisador do Observatório das Metrôpoles, Linha II, Núcleo da UFRN e Coordenador Adjunto do Curso de Especialização gratuita em Desenvolvimento Regional - URCA.
Email: abeleconomia@hotmail.com

Rita de Cássia Candido Souza

Graduanda do curso de Ciências Econômicas na Universidade Regional do Cariri (URCA).
Email: rcassia@hotmaill.com

Veruska Pereira da Silva

Possui graduação em Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (2007). Mestra em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte na área de Desenvolvimento Regional.
Email: veruskapereira@hotmail.com